

Constituinte encerra fase de audiências públicas

BRASÍLIA — Presidentes e relatores das subcomissões da Constituinte se declaravam com falta de tempo e algum cansaço; funcionários da Constituinte reclamavam de uma tarefa adicional nos últimos dias: telefonar aos parlamentares, convocando-os para as reuniões. Foi nesse ambiente que terminou ontem a fase de audiências públicas e de apresentação de propostas às subcomissões, para a futura Constituição.

A partir de agora, começa nas subcomissões o debate das propostas dos relatores. A maioria deles já tem definidos os principais pontos dos anteprojetos que submeterão às subcomissões. Algumas, no entanto, consumiram parte do dia de ontem tentando obter junto à Mesa da Constituinte as últimas propostas encaminhadas pelos parlamentares, para ampliarem os subsídios disponíveis à elaboração de suas sugestões. E ainda chegam propostas de última hora à Mesa, enquanto as subcomissões recolhiam depoimentos finais, como o do Procurador-Ge-

ral da República, Sepúlveda Pertence, do Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, e de Alberto Goldman — o que mais falou na Subcomissão de Sistema Eleitoral.

Não faltará material à disposição dos relatores. Os seis bancos do serviço de Processamento de Dados do Senado Federal registravam ao fim do dia 60 mil sugestões apresentadas pela sociedade; 1.059 de autoria de parlamentares e entidades de classe; 3.359 discursos de Deputados e 21.390 discursos de Senadores.

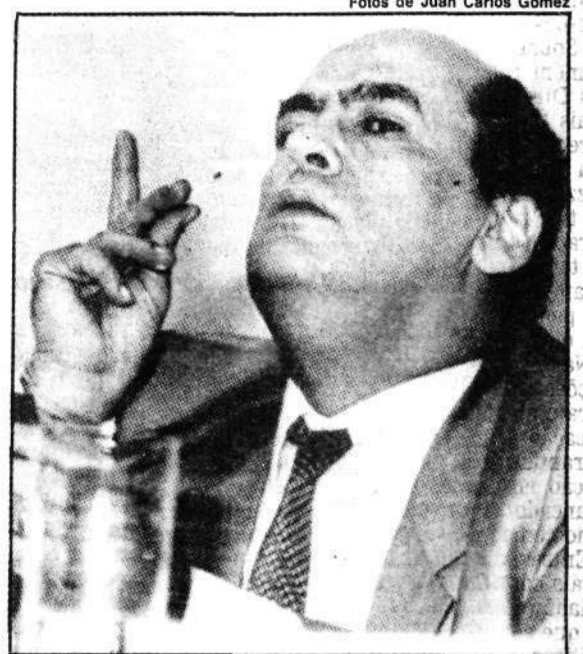
Enquanto o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, pedia mais prazo para estudar tudo, o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ainda recebeu das mãos da Presidente do "Movimento da Mulher Pelo Estado de Direito", Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, cópia da proposta constitucional apresentada anteontem à Assembleia, no sentido de se instituir o Conselho de Iguais Oportunidades, a exemplo do que existe em outros países.



Cabral pede mais tempo para si



Goldman depõe na Subcomissão do Sistema Eleitoral



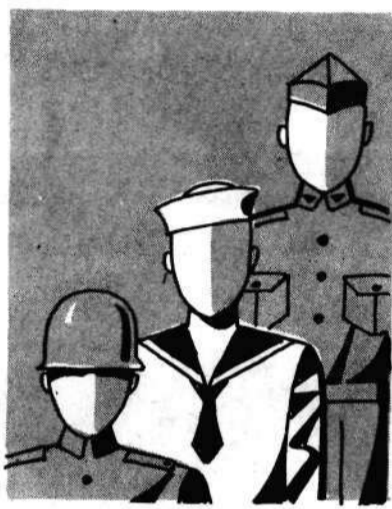
Sepúlveda Pertence faz um dos últimos depoimentos

Parecer atribuí às Forças Armadas a defesa da Pátria e do Estado

BRASÍLIA — O papel das Forças Armadas já tem parecer do Relator da Subcomissão de Defesa do Estado e da Sociedade, Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). No seu relatório, ele sugere que as Forças Armadas destinem-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e só atuem na ordem interna quando acionadas pelo Presidente da República, dentro de sua competência constitucional e ouvido o Congresso Nacional, que teria que se manifestar em 24 horas e, estando em recesso, seria convocado em 72 horas.

Fiúza afirma ter optado por um meio termo entre as propostas que, de um lado, atribuíam aos militares apenas a defesa externa e, de outro, que davam a eles a responsabilidade pela lei e pela ordem interna. Entre os itens do relatório a ser votado por esta Subcomissão estão:

1. Definição constitucional dos papéis das Polícias Civil e Militar, que serão subordinadas ao Secretário de Segurança Pública dos Estados.
2. Serviço militar obrigatório, inclusive para as mulheres. Quem, por motivos religiosos, alegar o imperativo de consciência para não servir, prestará serviços de apoio às atividades civis e não beligerantes.
3. A doutrina de Segurança Nacional passará a ser formulada pelo Presidente da República — e não mais pelo CSN — e terá que ser aprovada pelo Congresso.
4. Voto para todas as categorias



militares, desde que permanentes. Os recrutas transitórios não poderão votar.

5. Dois tipos de salvaguardas constitucionais: Estado de Sítio e medidas de emergência, ouvido sempre o Congresso.

O relatório da Subcomissão da Garantia da Constituição, Reformas e Emendas está sendo elaborado pelo Deputado Nilton Friederich (PMDB-PR). Algumas tendências já estão definidas, como:

1. A criação de um Tribunal Constitucional para garantia da Constituição. Seria um órgão fora do Poder Judiciário, com vocação política. Sua

composição ainda está sendo estudada entre propostas que prevêem indicações, em igual número, pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, ou por entidades como a OAB, e pelo Ministério Público.

2. Possibilidade de apresentação de propostas de emenda à Constituição por partidos políticos, entidades ou um determinado número de eleitores (este último item ainda não está definido). Possibilidade de referendo popular exigindo mudanças na Constituição ou aprovando alterações feitas pelo Congresso, requisitado por um determinado número de eleitores.

Na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos, o relatório está a cargo do Deputado Francisco Rossi (PTB-SP), que deverá incluir, entre outros pontos:

1. Sistema Eleitoral Misto, com voto distrital. Metade das cadeiras para a Câmara seria preenchida pelo voto distrital e a outra metade pelo proporcional. A única dúvida é se, no voto proporcional, o eleitor votará em mais um deputado ou no Partido, que indicaria então os seus representantes.

2. Descoincidência de eleições de âmbito municipal, estadual e nacional. A fórmula ainda está sendo estudada, mas parte do princípio de que uma eleição presidencial, por exemplo, polariza as atenções, prejudicando uma eleição municipal realizada ao mesmo tempo.

Relator propõe menor jornada de trabalho e a volta da estabilidade

BRASÍLIA — Jornada de trabalho de 40 horas semanais, volta da estabilidade no emprego e livre direito de greve e organização sindical são algumas das principais propostas a serem apresentadas pelo Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, Deputado Mário Lima (PMDB-BA), na Comissão da Ordem Social, integrada ainda pelas Subcomissões da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente e pela de Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

Na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, o Relator, Deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG) pretende assegurar a saúde como dever do Estado e direito do cidadão; e estabelecer a subordinação das empresas privadas de assistência médica às normas do Estado para o setor. Quanto à Previdência, o Relator ainda não concluiu pelo limite ou não de idade para a aposentadoria, mas pretende garantir equivalência salarial para os aposentados, que receberiam como se estivessem em atividade. No tocante ao Meio Ambiente, o relatório deverá expressar a vontade da maioria, que se manifestou na Subcomissão a favor da proibição de usinas nucleares no País.

Uma proposta que certamente causará polémica e provocará a reação do setor empresarial será apresentada pelo Relator da Subcomissão dos Negros, Indígenas, Pessoas Deficien-



tes e Minorias, Deputado Alceni Guerra (PFL-PR). Ele vai tentar colocar na Constituição dispositivo determinando que a exploração de minérios e recursos naturais em áreas indígenas seja decidida exclusivamente pelos índios, com homologação do Congresso. Essa ideia entra em choque com a tutela do Executivo sobre os índios.

Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos:

1. O direito de greve é livre, excluídas as organizações militares e paramilitares. Não haverá mais definição de serviços essenciais. Todos têm direito à sindicalização.

2. A estabilidade volta, mas ainda não está decidido se substituirá o FGTS ou se este será transformado em seguro-desemprego, juntamente com os recursos do PIS/Pasep.

3. As demissões só poderão ocorrer por motivo relevante, a ser definido.

4. A jornada de trabalho para todas as categorias será de 40 horas semanais. Horas extras só serão permitidas em situações de emergência, a serem estabelecidas em lei ordinária.

5. Organização sindical livre e independente do Estado. Ainda não há consenso sobre o fim da contribuição sindical.

6. Fica proibida a contratação de menores de 14 anos para o trabalho.

7. A aposentadoria se dará aos 30 anos de serviço para os homens e aos 25 para as mulheres.

8. O acesso ao serviço público só se dará através de concurso, e todos os servidores trabalharão sob um único regime jurídico.

Entre outros, há consenso na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente em torno desses pontos: a) haverá um único sistema de saúde do Estado, com a unificação dos Ministérios da área; b) o comércio de órgãos humanos será considerado crime passível de ação penal; c) os danos à ecologia serão considerados crimes.

Subcomissão dividida por proposta de estatizar bancos

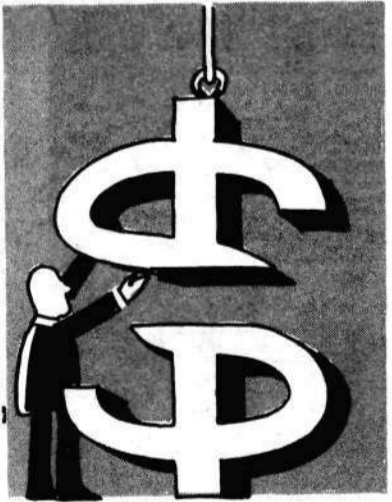
BRASÍLIA — A tese de estatização do sistema financeiro, apresentada pelo Deputado Luiz Gushiken (PT-SP), ex-Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, divide os membros da Subcomissão do Sistema Financeiro. Ela não constará do relatório do Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que preferiu optar por uma solução mais moderada: a eliminação do sistema de cartapendente para instalação de agências e conglomerados.

Os partidários da estatização acreditavam contar, em meados da semana, com oito dos vinte votos da Subcomissão e contactavam o Líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), para substituir o Deputado Adroaldo Streck (PDT-RS), contrário à proposta. Do outro lado a movimentação não era menor: nada menos do que o ex-Ministro Delfim Netto estava sendo convocado para suplente pelo PDS.

Gasparian propôs no relatório a livre concorrência no setor financeiro, extinguindo-se a exigência da carta-patente — autorização do Governo, que, ao ser revendida, chega a alcançar, em algumas praças, um bilhão de cruzados por agência. Na proposta de Gushiken seriam estatizados todos os bancos comerciais e de investimento.

O Relator vai sugerir também uma medida polémica: a proibição do funcionamento de bancos estrangeiros na captação de poupança e depósitos populares. Outro ponto do relatório é a criação de Comissão Permanente do Congresso Nacional para o controle do sistema financeiro, inclusive do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. O BC teria de submeter a essa Comissão qualquer proposta de emissão de moeda para cobrir gastos públicos.

O Relator da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, Deputado José Luis Maia, ainda não sabia como resolver um dos principais pontos de seu relatório: a fórmula de evitar a defasagem do Orçamento da União, causada pela inflação. Ele estuda a sugestão de utilizar-se a OTN para a fixação dos



valores. Se a defasagem não for corrigida, o Orçamento continuará sendo uma ficção e o Governo Federal todo ano terá de recorrer, através do Ministério da Fazenda, a Suplementações Orçamentárias. É consenso na Subcomissão transformar o Orçamento em documento tão concreto que sirva como Plano Nacional de Desenvolvimento.

Outro ponto pacífico é a mudança do funcionamento do Banco Central, tirando-lhe a atribuição de banco de fomento e mantendo-o sob o controle do Congresso, que deverá aprovar a indicação de sua direção. A Subcomissão também quer instituir uma Comissão Permanente do Congresso para fiscalizar a aplicação do Orçamento.

Aumentar a participação dos municípios e Estados na partilha da arrecadação é um ponto de consenso entre os membros da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, cujo relator é o Deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE). Coelho vai propor em seu relatório a instituição do que chama de novidade tributária: o Imposto Único Estadual, que substituiria vários tributos cobrados hoje, como o ICM e o ISS, e as taxas pagas pelos consumidores de energia, telecomunicações e produtos minerais.

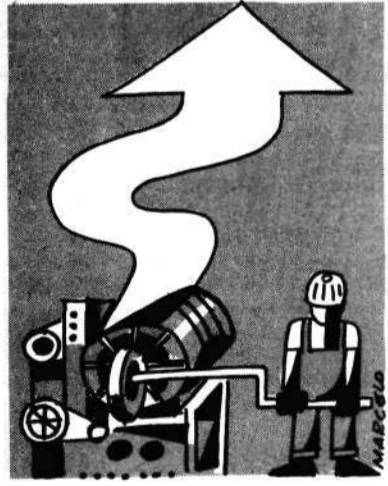
Reforma agrária pretende limitar extensão de terras

BRASÍLIA — O Deputado Oswaldo Lima Filho tem consciência de que o seu relatório será objeto de debates acirrados na Subcomissão da Política Fundiária e Reforma Agrária, dividida entre progressistas e conservadores. A mesma perspectiva é compartilhada por Virgildásio Sena, Relator da Subcomissão dos Princípios Gerais da Ordem Econômica.

Os dois já têm as linhas gerais dos relatórios que irão submeter aos respectivos plenários na próxima quarta-feira, quando termina a primeira fase da Constituinte. Para elaborar seu relatório, o ex-Ministro da Agricultura, Oswaldo Lyra Filho, contou com a colaboração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e da Associação Brasileira de Reforma Agrária, o que resultou em um trabalho de tendências progressistas.

Entre os pontos que deverão causar polémica, Lyra Filho aponta o estabelecimento de um limite físico máximo de 100 módulos para a propriedade territorial, que ele acredita será amplamente repudiado pelos conservadores que não admitem, de forma alguma, fixar limites para a extensão de suas propriedades. Apesar de algumas dificuldades, a Subcomissão conseguiu consenso em alguns pontos, como os que dizem que todas as terras públicas estarão disponíveis para a reforma agrária ou que terá acesso garantido ao uso capião quem cultivar por cinco anos parcela de, no máximo, três módulos. Outros itens importantes são os que impedem a penhora de pequenas propriedades ou os que tornam inalienáveis, durante 20 anos, os lotes vendidos pela União para Reforma Agrária. A questão do subsolo, por exemplo, também já está definida. O solo continua sendo propriedade de todos e o subsolo pertence exclusivamente à União, sendo explorado, preferencialmente, por empresas brasileiras.

Seu relatório ainda sugere a fixação de normas que impeçam que as empresas se apropriem de lavras e não a explorem durante anos, como



acontece atualmente. O relatório também estabelece prazos para a exploração de reservas minerais, certamente um dos pontos mais polémicos a serem tratados pela Subcomissão, segundo afirma Virgildásio. O relatório define ainda o que é uma empresa nacional. De acordo com o Relator, nacional é aquela empresa constituída no Brasil, segundo as leis brasileiras, com a maioria do capital votante nacional e com sede e centro de decisões no Brasil. Virgildásio, em seu trabalho, vai reafirmar ainda o monopólio do petróleo e do gás natural e abre espaço para que, por decisão do Congresso Nacional, outros monopólios possam ser instituídos. No item Intervenção do Estado na Economia, o relatório afirma que o Estado participa como agente, incentivador e regulador da atividade econômica no País.

Esta posição muda a visão tradicional de que o Estado é um mero agente produtivo, complementar e supletivo. Sobre a reserva de mercado, a política que regula a matéria passa a ser importante no processo produtivo e o relatório estabelece que lei ordinária poderá determinar, durante prazos pré-fixados, a reserva de mercado para setores específicos com o objetivo de viabilizar a empresa nacional.

Propostas que criam novos Estados geram polémicas

BRASÍLIA — Os limites da autonomia política, sugerida sob várias formas para o Distrito Federal, e a criação de sete novos Estados, em propostas que, em alguns casos, se sobrepoem umas às outras, deverão ser os temas mais polémicos da Comissão da Organização do Estado. Descrita por um de seus membros como uma comissão "light", ela poderá, porém, esbarrar num problema estrutural: assuntos relacionados à competência dos Estados, municípios e União serão aprofundados pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

O Relator da Subcomissão dos Municípios e Regiões, Deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), afirmando refletir uma tendência de seu grupo de trabalho, pretende "definir claramente a autonomia municipal", enumerando todos os setores de competência exclusiva dos municípios, aí incluída a questão da tributação.

Aloysio também se inclina a propor a criação de Conselhos Regionais encarregados de supervisionar os órgãos federais voltados ao desenvolvimento das regiões. Para esses Conselhos, ele prevê que a participação da União nunca deverá ser superior à dos Estados. Desde já, inclina-se a descartar uma proposta do Instituto de Estudos Constitucionais do Brasil, pela criação de Vice-Presidentes regionais da República.

— Isso seria uma ameaça à unidade nacional — reagi.

Pela Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios tramitam inúmeras propostas de autonomia política e financeira da Capital do País e o Relator, Deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), é simpático a uma fórmula intermediária de emancipação. Ele acha que Brasília deve ter eleições diretas para Governador e uma Assembleia Legislativa, mas desaprova a criação de municípios.

— Municípios são típicos de um Estado, o que descaracterizaria o Distrito Federal.

Preocupado com a demora na chegada das propostas às suas mãos — cada sugestão leva de três a quatro dias no trajeto da Mesa da Consti-



tuínte até cada Subcomissão — Sigmaringa pretende entregar o parecer dentro do prazo, que termina no próximo dia 11.

Na Subcomissão dos Estados, segundo o Relator, Deputado Siqueira Campos (PDC-GO), algumas decisões estão encaminhadas: a idade mínima para os candidatos aos governos estaduais, fixada atualmente em 35 anos, poderá ser reduzida a 30, mas dificilmente chegará aos 25, como sugerem alguns constituintes. O Relator se inclina também a incluir no seu parecer uma proposta de criação de Tribunais de Contas nos Municípios com mais de 200 mil habitantes — esse tipo de fiscalização específica só existe hoje na União, nos Estados e nas cidades com mais de 500 mil habitantes.

E na área de implantação de novos Estados, porém, que essa Subcomissão tem uma de suas vertentes mais férteis: nada menos do que sete novas unidades são propostas, com certa simpatia do Relator, convencido de que "Estados menores são mais facilmente administráveis".

Entre outros Estados, são propostos os de Santa Cruz, que ficaria em parte do Sul da Bahia; Tapajós, no Pará; Maranhão do Sul e o de Araguatins, que se sobreporia ao do Tocantins.